

ACM faz denúncia e obtém apoio para instalar a CPI do Judiciário

Com 49 assinaturas, requerimento cita “fatos determinados” que, na avaliação do senador, exigem apuração. Parlamentares da oposição reagem desfavoravelmente à iniciativa



Diante de um plenário lotado de parlamentares das duas Casas do Congresso, Antonio Carlos aponta irregularidades no Judiciário

O senador Antonio Carlos Magalhães apresentou ontem ao plenário denúncias de irregularidades no Poder Judiciário e formalizou o pedido de uma comissão parlamentar de inquérito para apurá-las. Ao final da sessão, acompanhada por parlamentares das duas Casas do Congresso, o requerimento já tinha 49 assinaturas, ultrapassando o número mínimo necessário à constituição de uma CPI (27 assinaturas). O requerimento alinha “fatos determinados”, que, na avaliação do senador, justificam a apuração. Entre tais fatos estão licitação e contratação de obras sem observância da lei, emprego indevido de verbas públicas, nomeações irregulares de servidores, nepotismo, corrupção e casos de indenizações lesivas ao erário. O senador Roberto Freire e outros parlamentares da oposição reagiram contra a criação da CPI.

PÁGINAS 3 A 9

REPERCUSSÃO



ROBERTO FREIRE

O país está vivendo uma crise econômica que fragiliza as instituições democráticas. Estamos abrindo uma vereda que não sabemos onde vai dar



JADER BARBALHO

A proposta do presidente do Senado é politicamente irrecusável. PMDB pretende reapresentar a CPI das empreiteiras. Quer, também, CPI do sistema financeiro



EDISON LOBÃO

Presidente do Senado até enalteceu o Judiciário e apresentou fatos determinados que justificam a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito



MARINA SILVA

O que acontecerá diante da hipótese de algum membro do Judiciário ser convocado a depor na CPI e se negar a comparecer? Como faremos?



GERALDO MELO

Cabe aos que amam o avanço da democracia evitar o impasse entre os Poderes. Há limites que seguramente a maturidade das pessoas que vão conduzir o processo saberá respeitar



PEDRO SIMON

Podemos apontar uma infinidade de equívocos no Poder Judiciário, mas se há um lugar onde tem coisas graves é no Legislativo

Senado apreciou mais de 100 matérias neste ano

Senado apreciou 101 matérias em 99

Somente nesta semana nove matérias foram aprovadas. Senadores também decidiram acelerar a votação do projeto sobre limitação das despesas com o funcionalismo público

Matérias apreciadas pelo Senado de 22 a 25 de março de 1999

Projetos aprovados e enviados à promulgação	8
Mensagens de escolha de autoridades	1
Total de matérias apreciadas	9

de 6 de janeiro a 25 de março de 1999

Na convocação extraordinária	55
Na sessão legislativa ordinária	46
Total de matérias apreciadas	101



A Comissão de Relações Exteriores, presidida por José Sarney (D), aprovou o nome de Sérgio Amaral para embaixador no Reino Unido e Irlanda do Norte

Já chega a 101 o total de matérias apreciadas pelo Senado no ano de 1999, sendo que 55 foram votadas durante a convocação extraordinária, e 46 no período normal de funcionamento da Casa. Somente nesta última semana (de 22 a 25 de março) nove matérias foram aprovadas pelo plenário.

Os senadores também decidiram acelerar a votação do projeto sobre limitação das despesas com o funcionalismo público, resolvendo que terão tramitação conjunta os projetos originários do Senado e da Câmara.

Ainda nesta semana, o plenário autorizou a União a contratar dois empréstimos externos: um, de US\$250 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para melhorias nas periferias de cidades em 12 estados diferentes; o outro, no valor de US\$5 milhões, do Banco Mundial, destina-se a programas de assistência técnica e reformulação dos sistemas de previdência social dos estados.

Outras decisões do plenário nesta semana foram as autorizações de renovação das concessões de funcionamento das rádios: Cidade Estéreo Show, de São José do Rio Preto (SP); Cultura, de São Vicente (SP); Leme Stereosom, de Leme (SP); Sociedade, de Juiz de Fora (MG); Difusora, de Itumbiara (GO); Frei Batista Vogel, de Anápolis (GO).

Foi aprovada também a indicação de Hamilton Carvalhido, para o cargo de

ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas.

No âmbito das comissões técnicas, a semana foi movimentada. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável ao projeto de lei revogando a obrigatoriedade do porte de kit de primeiros socorros nos automóveis e ao que reduz para 120 dias o prazo de julgamento dos processos de análise de demissões por justa causa.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou os nomes dos embaixadores Sérgio Amaral (Reino Unido e Irlanda do Norte), Gelson Fonseca Júnior (Organização das Nações Unidas - ONU) e Paulo Tarso Flecha de Lima (Itália).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou modificações ao projeto sobre o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia; e também a renegociação da dívida da República do Suriname com o Brasil e a redução da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação para emissoras de radiodifusão educativas.

Na quarta-feira (dia 24) foram ouvidas em audiência pública três autoridades: o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, na CAE.

Plenário discute PEC que muda sistema financeiro

O plenário cumpriu ontem o terceiro dia de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que suprime dispositivos sobre a fiscalização das instituições financeiras e a estruturação e o funcionamento do sistema financeiro nacional. Durante a sessão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que havia apresentado voto contrário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse ser favorável à proposta do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), após alterações no parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM):

— O relator apresentou aditivo ao seu parecer, exigindo leis complementares para a regulamentação da matéria, em vez de leis ordinárias como havia proposto anteriormente — esclareceu. A PEC ainda será discutida pelos senado-

res em duas outras sessões deliberativas. Ela já recebeu emendas de plenário e, por isso, a matéria deve voltar à CCJ.

Serra, hoje ministro da Saúde, pretendia retirar a fiscalização de instituições financeiras da alçada de lei complementar. O senador acredita que as normas da Constituição que constam do capítulo do Sistema Financeiro Nacional “tornam a tarefa de sua regulamentação em obra praticamente impossível”.

Entre essas normas, Serra citou o parágrafo que trata das taxas de juros reais de 12% ao ano, dispositivo que não pode ser aplicado sem lei específica, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de concordar que “o dispositivo que trata da taxa de juros revelou-se carente de eficácia e dissociado da realidade econômica e financeira do país”, o

relator alterou substancialmente o texto.

Jefferson manteve o artigo 192, revogado na proposta de Serra, excluindo, porém, todo seu detalhamento (inclusive a fixação da taxa de juros) e remete sua regulamentação a lei complementar.

Jefferson também manteve o artigo das Disposições Constitucionais Transitórias que limita a presença de instituições financeiras estrangeiras no Brasil até que o Sistema Financeiro Nacional seja regulamentado.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997. José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de terça-feira (30.3.99), para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

▶ 9h - Seminário: *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, promovido pela Secs. Ala Senador Nilo Coelho - sala 2

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira (29.3.99)
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (30.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PLC nº 13/99, que suprime o art. 112 do Código de Trânsito Brasileiro, visando acabar com a exigência dos kit de primeiros socorros nos veículos automotores *PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre o governo do Brasil e o governo do Paraguai, na cidade de Assunção; e *PDL nº 145/98, que aprova o texto do Acordo para Criação da Comissão e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre Brasil e Argentina.

Quarta-feira (31.3.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 1/99, que regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre Brasil e Tailândia; e *PDL nº 147/98, que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.

COMISSÕES

Quarta-feira - (31.3.99)

▶ 9h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95. Ala Senador Alexandre Costa - sala 5

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM faz denúncias e pede CPI do Judiciário

Presidente do Senado afirma que seu objetivo é de “construir, não de destruir”, assegura que a Justiça não pode estar nas mãos dos “indignos de praticar o Direito”, e diz falar em nome de “milhares que não podem fazê-lo de viva voz”

Diante de um plenário lotado por parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou na manhã de ontem denúncias de que tomou conhecimento sobre irregularidades na atuação de magistrados em vários setores do Judiciário brasileiro. Ao final de seu discurso, ele apresentou proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar essas denúncias.

O senador enfatizou, no início de seu pronunciamento, seu desejo de “construir, e não destruir”, observando que um “Poder Judiciário forte é pilar da democracia”. Em função disso, destacou, “não há sacrifício a poupar para que a Justiça se faça e esteja sempre limpa e presente”, proclamando:

– O que não desejamos é um Judiciário corruptível, sujo, ou que não trabalhe, conforme as provas que tenho em mãos.

LENTIDÃO

Antonio Carlos disse não aceitar a lentidão da Justiça, explicando que “é por isso que viemos a esta tribuna, não para desmoralizar, achincalhar, mas para enaltecer o Judiciário, porque grande parte dele prima pela seriedade, mas que se apequena quando maculado pelos que não são sérios”. A Justiça não pode estar nas mãos dos “indignos de praticar o Direito”, acrescentou, confessando que “choça ver atos de insensibilidade e até de desumanidade de juízes”.

Na avaliação do senador, o poder da Justiça encontra-se na sua imparcialidade. “Mas o que está havendo é que ela vem sendo agredida dentro de

sua própria casa”, lamentou. “Não se confundam e não se percam os maus juízes, julgando-se acima do bem e do mal”, alertou o parlamentar. “Não se arrogem de intangibilidade e onipotência de deuses que sobrepassaram por sobre os cidadãos e passem a julgar em causas impróprias.”

– A continuar nesse descabro, logo chegaremos à catástrofe, e destas – exclamou, antes de citar Rui Barbosa – “as mais atrozes, as mais sinistras, mais desesperadas são as que entorpecem o caráter das nações e, depois de as afundar no coma da indiferença, as sepultam no sono do aniquilamento”.

Será isso que “aspiramos aconteça no Brasil?”, perguntou, antes de concluir:

– Pois ameaçados disso é que estamos. E a isso chegaremos, se permitirmos continue a avançar a degradação dos usos e costumes em certos escaninhos da Justiça.

Antonio Carlos lembrou os Direitos e Garantias Fundamentais inscritos na Constituição brasileira, para constatar que milhões de pessoas, “principalmente as mais pobres e mais carentes, em todos os recantos, estão em busca da igualdade perante a lei”:

– Mas, ao contrário, a lentidão dos processos, a omissão, o descaso e a corrupção de alguns magistrados estão lhes dizendo, sim, que existem distinções de toda ordem, bem ao revés dos mandamentos maiores do Direito e da Justiça. Isso não está certo. Isso não é correto.

No entender do senador, hoje, “divididos e estratificados estão, de um lado, os homens de primeira classe, os ricos, e de outro, aqueles de segunda categoria, os pobres, porque o braço da lei chega mais rápido e fácil aos que podem contratar advogados caros e famosos, enquanto os do outro lado são milhares que lutam por conseguir mesmo um defensor público”.

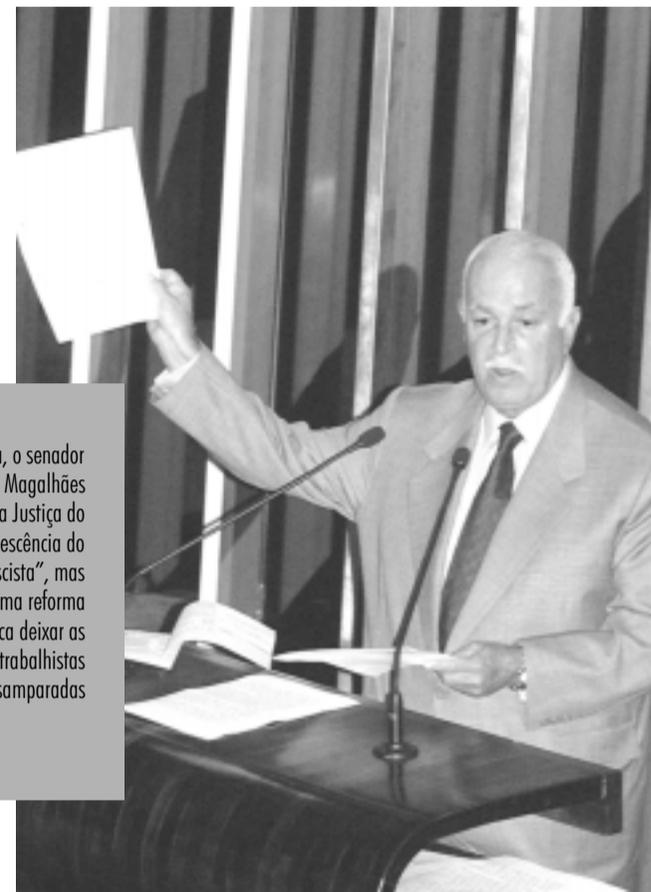
Antonio Carlos destacou, em seu pronunciamento, estar consciente de que trazia a debate “um tema que sempre foi um tabu”. Mas explicou:

– Faço-o na convicção de que me manifesto em nome de milhares de pessoas que não podem fazê-lo de viva voz, mas que se têm manifestado através de centenas de denúncias, vítimas do marasmo dos processos, casos gritantes de injustiça, de favoritismo e de corrupção. Falo em nome de pessoas que não aceitam mais o nepotismo, essa praga que contamina juizados e tribunais em todo o país.

O senador propôs que “a crise do Judiciário seja enfrentada sem delongas, sem receios de retaliações, tudo às claras, para que privilégios não continuem sendo confundidos com prerrogativas e predicamentos”. Ele repudiou, ainda, o recurso ao “escudo inaceitável do chamado segredo de justiça”, nos casos em que são investigados desvios nos diversos órgãos e escalões do Judiciário. “Por que todos os cidadãos estão sujeitos a julgamento público, e os juízes não estão?”, questionou.

Com relação especificamente à Justiça

“A crise do Judiciário deve ser enfrentada às claras, para que privilégios não sejam mais confundidos com prerrogativas.”



Da tribuna, o senador Antonio Carlos Magalhães classificou a Justiça do Trabalho de “excrecência do Estado fascista”, mas assegurou que uma reforma não implica deixar as demandas trabalhistas desamparadas

do Trabalho, Antonio Carlos Magalhães disse pregar “uma reforma que não implica deixar as demandas trabalhistas desamparadas da proteção judicial”.

Depois de lembrar que “a rigor, a Justiça do Trabalho constitui uma excrecência do estado fascista”, o senador propôs a extinção das Juntas de Conciliação e dos juízes classistas, bem como a integração, à Justiça Federal, dos juízes trabalhistas concursados e togados, que hoje presidem essas juntas. Eles passariam a atuar em Varas da Justiça comum, decidindo sobre todo tipo de ação, inclusive trabalhistas.

No entender do senador, em vez de greve (episódio recente, na movimen-

tação de magistrados contra as críticas feitas ao Judiciário), “os juízes deveriam estar é empreendendo uma mobilização nacional em favor da eficiência no trabalho e pelo expurgo dos desonestos e incompetentes”.

Antonio Carlos congratulou o ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Melo, por sua manifestação pública no sentido de que “o Judiciário só pode enfraquecer se seus membros falharem gravemente no desempenho de suas funções”. E cumprimentou o ministro Antonio Pádua Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para quem “a CPI não enfrenta óbices constitucionais”.

Requerimento enumera cinco fatos

Antes de encerrar a sessão plenária de ontem, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), anunciou que o requerimento de criação da CPI para apurar irregularidades no Poder Judiciário havia recebido 49 assinaturas, ultrapassando, portanto, o número mínimo exigido pelo regimento do Senado, que é de um terço dos membros da Casa (27 assinaturas).

Melo informou que o requerimento de Antonio Carlos Magalhães será agora publicado, para produzir os devidos efeitos. O requerimen-

to solicita a instalação de CPI destinada a apurar, no prazo de 120 dias, “fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça”.

O requerimento foi apresentado nos termos do artigo 58 da Constituição federal e na forma do artigo 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal. De acordo com a exigência legal, o requerimento alinha os “fatos determinados, com documentação anexa, motivadores da instalação da presente CPI, por força do preceito constitucional aplicado à espécie:

a) licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, tais como a construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo;

b) emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba;

c) nepotismo e nomeações irregulares, como ocorrido nos Tribunais Regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão;

d) corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados, a exemplo do ocorrido na Justiça estadual de São Paulo;

e) casos de vultosas indenizações arbitradas em juízo com intuito de lesar o erário.



O plenário e a galeria do Senado ficaram lotados para acompanhar o discurso de Antonio Carlos. Logo depois, o requerimento começou a receber novas assinaturas

Senador aponta corrupção, nepotismo e ineficiência

Casos como o do novo prédio da Justiça do Trabalho em São Paulo, que já custou R\$ 230 milhões e está inacabado, são considerados “uma vergonha” por Antonio Carlos Magalhães

Ao longo do pronunciamento com críticas à lentidão do Judiciário e denúncias de irregularidades no trabalho de juízes e tribunais, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) preocupou-se em apontar fatos concretos do que considera casos de corrupção, nepotismo e ineficiência, base da proposta para formação de uma CPI destinada a investigar as denúncias recebidas por seu gabinete.

Antonio Carlos começou pelo novo prédio da Justiça do Trabalho em São Paulo, que já custou R\$ 230 milhões e está inacabado. “O que não queremos é que se adquiram ou construam prédios irregulares”, proclamou a respeito da obra paulista. “Um escândalo. Visitei-o para vê-lo de olhos vistos e dar um testemunho veraz a este plenário. Fiquei chocado. É uma vergonha”, acrescentou.

Ainda em São Paulo, o senador citou o caso do Processo 300/99, do TRT. Iniciado há poucos dias, a audiência de instrução foi marcada para 19 de novembro de 2001, “ou seja, daqui a dois anos e nove meses”. Em 1990, na cidade paulista de Santos, um juiz apresentou denúncia de correição em caso de corrupção, com formação de quadrilha e usurpação de poder federal.

– Fato gravíssimo. Pois bem, essa denúncia só foi encaminhada este mês, passados nove anos – revelou o senador. “Cabe perguntar: terá sido essa providência decorrente dessa campanha encetada por nós e que se anuncia como uma borrasca a desabar sobre alguns ombros togados?”

Em Minas Gerais o senador encontrou o caso de um inventário que corre há quase 25 anos, “enterrado nas gavetas e porões dos tribunais, pousado há 21 anos nas mãos imóveis, petrificadas por uma estranha artrite de omissão, de um desembargador”. De Salvador, Antonio Carlos citou o processo movido por um cidadão que perdeu a filha em um acidente de trânsito provocado por um ônibus de propriedade de um amigo íntimo do juiz que apreciou o caso. “Este, em lugar de condenar o culpado, infringiu ao pai da falecida a obrigação de indenizar os irrelevantes danos causados ao veículo”.

O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba cometeu tantas irregularidades, lembrou o senador, que acabou sofrendo intervenção do Tribunal Superior do Trabalho (TST). “Pensam que as coisas melhoraram?” – perguntou Antonio Carlos ao plenário do Senado, para em seguida responder: “Pois continuam na mesma. Nem sequer foram apurados os fatos que levaram à intervenção”.

Um caso “cínico” de nepotismo foi denunciado pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, re-

velou o parlamentar. “Tudo documentado, com nomes de pessoas ligadas a desembargadores e juízes. Pois nada aconteceu.” Ele apontou, ainda, outro “crime” ocorrido no Judiciário da Paraíba: a nomeação de um juiz do TRT que “à época era réu em ação penal e processado disciplinarmente junto à OAB”.

No entanto, o TRT paraibano não ficou apenas em casos de “nepotismo e concussão administrativa”, acrescentou o senador. O órgão também se esmerou em “práticas de superfaturamento de compra de imóveis, como o de Mamanguape”. Os casos de sentenças milionárias e irregulares contra a União também chegaram ao gabinete do senador.

Na Bahia, uma empresa que devia ao Banco do Brasil 1 bilhão de reais “conseguiu de uma juíza uma sentença, por alegados danos morais e psicológicos, condenando o credor a se responsabilizar pelo pagamento ao devedor de 3 bilhões e 900 milhões de reais”. O parlamentar conside-

rou “inconcebível” esse procedimento, a exemplo das indenizações milionárias estabelecidas muitas vezes na área trabalhista.

Em Vitória da Conquista, ainda na Bahia, narrou o senador, “o Banco do Brasil viu-

se condenado a pagar uma indenização trabalhista de mais de 15 milhões de reais, quando cálculos criteriosos apontavam para o montante de 272 mil”. Em Salvador, indenização calculada em 10 mil e 800

salários mínimos (1 milhão e 404 mil reais) “ressarciria, segundo sentença do juiz, danos morais causados pela devolução de um cheque de 2 mil e 130 reais, sob alegação de falta de fundos”.



Dezenas de pastas com documentos compõem o dossiê levantado pelo presidente do Senado

“Processo no TST pode levar um ano para ser distribuído”

Ao denunciar em seu discurso o nepotismo no Judiciário, o senador Antonio Carlos Magalhães apontou o exemplo do ministro Almir Pazzianotto, do Tribunal Superior do Trabalho, “com 14 parentes nomeados na Justiça trabalhista”, e ironizou a “vocação genética” observada em muitos filhos de desembargadores, que invariavelmente trabalham nos mesmos tribunais dos pais. Ainda em relação à Justiça do Trabalho, criticou a lentidão e seus gastos.

Um processo protocolado no TST, afirmou o parlamentar, “pode levar um ano ou mais para ser distribuído a um relator. Repito: ser distribuído e não julgado”. Ele destacou que “essa lentidão ocorre em doses mais elevadas com os casos dos despossuídos e das pessoas de menores recursos, que não têm a quem pedir socorro, nem grandes causídicos a quem recorrer”. Tal demora, no seu entender, não resulta de falta de verba. O Poder Judiciário custa à União 7,2 bilhões de reais. “Pois somente a Justiça do Trabalho consome praticamente a metade desse montante – 3 bilhões e 500 milhões de reais”, revelou.

As despesas com pessoal da União entre 1987 e 1999 cresceram 224% no Executivo e 295% no Legislativo, de

acordo com dados oficiais apresentados pelo senador. No Judiciário, porém, “o crescimento chegou à casa espantosa dos 760%”, apontou Antonio Carlos.

Uma pesquisa nos relatórios do Tribunal de Contas da União, observou o parlamentar, “evidencia os incontáveis processos em que o TCU nos últimos anos flagrou e condenou presidentes e juízes dos tribunais regionais do Trabalho pela prática de atos administrativos ilegais – compra de automóveis de luxo para uso dos juízes, contrariando proibição expressa da Lei de Diretrizes Orçamentárias; realização ilegal de despesas vultosas sem crédito orçamentário para construção de novas sedes de juntas; contratação de obras para sedes suntuosas a preços superfaturados; prática reiterada e generalizada de nepotismo, com a designação de parentes e pessoas estranhas ao quadro de pessoal para ocupar cargos em comissão e funções gratificadas; e burla do concurso público mediante recurso à chamada ascensão funcional”.

Antonio Carlos Magalhães criticou, ainda, o fato de que muitos escritórios de advocacia do país, hoje, “principalmente os mais importantes, estão associados com, ou contam em seus quadros com os serviços de filhos e/ou parentes de juízes,



Antonio Carlos chega ao plenário para fazer o discurso em que justificou o pedido de uma CPI

desembargadores e ministros, quando não são os próprios juízes e ministros aposentados”. O senador pregou a instituição de uma “quarentena” para os juízes que se aposentam, antes de começarem a trabalhar como advogados exatamente nas áreas em que foram magistrados.

O uso da máquina pública foi outro ponto criticado pelo senador. Ele lembrou o caso de um magistrado que “substituiu a placa oficial de seu carro de ministro ou juiz para gozar as delícias da praia como se fosse um simples mortal e não um fraudador de bem público”.

– A rigor, esse magistrado bem que poderia ser qualificado de “juiz placa fria” – acrescentou.

Ao concluir, Antonio Carlos fez questão

de acrescentar outros dois casos aos relatos de irregularidades que chegaram a seu gabinete. No Amazonas, uma pendência entre uma madeireira e o Banco da Amazônia, iniciada em 1968, com o valor à época de 14 milhões e 145 mil cruzeiros, hoje apresenta uma condenação no valor de 81 bilhões de reais, algo como 15% de todo o orçamento nacional e mais que os 65 bilhões que a União calcula arrecadar em impostos durante todo este ano. Em Rondônia, uma certidão do TRT atesta que a diferença de honorários advocatícios de uma causa na área de educação ultrapassaria a casa dos 138 milhões de reais. “Tem-se de pôr um cobro nessas avaliações aberrantes”, destacou.

Freire teme conflito entre Poderes

Proposta de criação de CPI para investigar denúncias de corrupção no Judiciário é criticada pelo senador, para quem a iniciativa pode ser considerada uma “irresponsabilidade democrática”

Em discurso que se seguiu ao do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e mobilizou ontem a atenção do plenário, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que o pedido de criação de CPI formulado pelo senador baiano deveria ser rejeitado. Para ele, a CPI atenta contra a separação dos Poderes da União, conquista da luta pela redemocratização do país. Freire também criticou o fato de tal comissão estar sendo proposta por Antonio Carlos, visto que, em ocasiões que listou, o senador e seu partido teriam se posicionado contra medidas moralizadoras do Judiciário e da administração pública do Brasil.

– Talvez estejamos cometendo uma irresponsabilidade democrática – disse Freire.

O senador fez uma comparação entre o momento atual e o período do regime militar. Naquela época, argumentou, a Constituição também falava em direitos e garantias individuais, mas havia todo tipo de desmandos nos Poderes Judiciário e Legislativo. A luta pela redemocratização, segundo Freire, foi uma luta pela divisão dos Poderes e para que o Judiciário fosse respeitado. Porém, continuou, Antonio Carlos Ma-



Roberto Freire lembrou a resistência do PFL ao estabelecimento do controle externo do Poder Judiciário

galhães era um dos defensores de intervenções indevidas pelo Executivo nos demais Poderes.

Freire também listou momentos em que os parlamentares poderiam, usando de suas competências e prerrogativas, ter promovido reformas no Judiciário. Como exemplo de matérias relevantes que não foram aprovadas, o senador citou a emenda ao Orçamento por ele apresentada para evitar a construção de novos prédios pela Justiça brasileira, que acabou arquivada.

– Estávamos discutindo o fim da Jus-

tiça Militar, que a maioria desta Casa não aceitou. Estávamos discutindo o fim dos juizes classistas, que até hoje tramita na Casa. O controle externo do Judiciário foi debatido na Constituinte e foi derrotado pelo partido do senador Antonio Carlos – continuou Freire.

Da mesma forma, quando o Congresso discutiu restrições ao nepotismo, Freire lembrou que o senador Antonio Carlos Magalhães posicionou-se contrariamente.

– Talvez alguns desses casos que foram aqui denunciados não tivessem

ocorrido se esse projeto já tivesse sido aprovado na Câmara dos Deputados, onde foi, inclusive, arquivado – denunciou.

Para Freire, a proposta da CPI está sendo feita por “quem, podendo usar sua atribuição, inclusive no Senado, para impedir o nepotismo não o fez, por quem se levanta contra o Judiciário e não respeita a Lei Orçamentária”.

Os problemas enfrentados pelo país na conjuntura atual também foram abordados por Freire para justificar sua posição contrária à instalação da CPI. Para ele, é preciso pensar que o país está vivendo uma crise econômica que, no nível em que se encontra, fragiliza as instituições democráticas, que no Brasil não são fortes. Ele também apontou o receio de instabilidade provocado pelo processo de atritos entre o governo de Minas Gerais e a União.

– Estamos abrindo uma vereda que não sabemos onde vai dar. Já que não temos um conselho da magistratura, um controle externo do Judiciário, deveríamos cobrar a apuração das denúncias pelo outro Poder. Essa seria uma posição responsável de um presidente de Poder – declarou Freire.



Saturnino acredita em participação do governo na decisão de criar a CPI

Saturnino vê risco de crise institucional

“O discurso do senador Roberto Freire repõe as coisas em termos fundamentais para os que se preocupam com o estado de direito”, comentou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Para ele, a proposta de instalação da CPI que investigará irregularidades no Judiciário foi um ato engendrado por figuras importantes da República. “Está claro que o presidente Fernando Henrique Cardoso não esteve à margem dessa decisão”, observou.

O senador fluminense disse que a CPI “cria uma situação embaraçosa para o próprio Senado Federal, incumbido de dar uma resposta à sociedade”, e pode levar o país a uma crise institucional.



Emilia Fernandes identifica tentativa de “abafar situação real do país”

Emilia aposta em articulação do governo

Para a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a CPI do Judiciário foi “articulada pelo governo” e vem “para abafar a real situação em que se encontra o país, para esconder os milhões de desempregados”.

– Não admito e não acredito que a mão do presidente da República não esteja por trás dessa decisão. Afinal, há pouco tempo o governo evitou a CPI do Sistema Financeiro, alegando que o Brasil ruiria. O que aconteceu de novo para que exista tanta tranquilidade a ponto de se instalar uma CPI em que há interferência de um Poder em outro? – perguntou Emilia.

A senadora defendeu a manutenção da Justiça do Trabalho, “única possibilidade concreta que se tem para garantir aos trabalhadores os seus direitos”.

Dutra diz que Senado “não é só espetáculo”

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que se sentia plenamente representado pelo discurso do senador Roberto Freire (PPS-PE), pois comprovava que o Senado Federal não é “apenas espetáculo”. Dutra assinalou, no aparte a Freire, que o seu pronunciamento não tinha a mesma audiência de plenário nem a mesma cobertura da imprensa conseguidas pelo discurso do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), “mas programas como o *Roda Vida* também não têm a mesma audiência do programa do *Ratinho*”.

BANCADA GOVERNISTA

O senador José Eduardo Dutra comparou atitudes passadas da bancada governista para criticar a atuação do Congresso Nacional e a própria criação da CPI do Judiciário. Dutra sugeriu, em aparte a Antonio Carlos Magalhães, a realização de uma pesquisa que apure a opinião do povo sobre a honestidade dos advogados e disse ter medo de uma pesquisa que faça o mesmo em relação aos políticos.

Segundo ele, as denúncias apresentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães, como o nepotismo praticado por juizes, não são exclusividade do Poder Judiciário. Dutra lembrou que, se o Congresso já tivesse votado projeto do senador Roberto Freire que acaba com o ne-



José Eduardo Dutra afirmou que o nepotismo não é exclusividade do Poder Judiciário

potismo, esse problema já teria sido eliminado. Lembrou também que esse projeto não contou com o voto de Antonio Carlos Magalhães.

O senador comparou ainda o apego de Antonio Carlos ao formalismo do fato determinado ao mesmo apego que “sepultou a CPI do Banco Central”. Mais uma vez, Dutra registrou que nessa tentativa de criar uma CPI não contou com o voto favorável de Antonio Carlos Magalhães. O senador do Bloco Oposição disse que concorda com algumas das denúncias apresentadas por Antonio Carlos e garantiu que a oposição indicará rapidamente seus integrantes na CPI, assim que for criada, ao contrário da política empregada pelo PFL e pelo PSDB, que chegam a retirar assinaturas de requerimentos de CPI.

O senador Antonio Carlos Magalhães disse sentir que Dutra queria assinar o

requerimento para a criação da CPI do Judiciário, mas que não podia fazê-lo por dever partidário. O senador explicou que existem 2,5 milhões de processos aguardando julgamento no Tribunal Superior do Trabalho, segundo declarações do ministro Almir Pazzianotto, e apoiou a pesquisa de opinião sobre a honestidade de políticos sugerida por Dutra. “Eu estou muito bem no meu estado. Espero que V. Exa. também esteja em Sergipe”, assinalou Antonio Carlos.

Antonio Carlos revelou ainda que, em contato mantido com parlamentar do Partido dos Trabalhadores, lhe foi pedido que acrescentasse um item no requerimento da CPI para que o PT assinasse. O senador disse que concordou e que liberou inclusive a redação do item para o partido, mas, no dia seguinte, a cúpula do PT não permitiu o acordo.

Heloísa Helena quer discutir outros temas

Em aparte ao discurso do senador Roberto Freire (PPS-PE), a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem ter certeza de que a CPI proposta pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, será instalada. “O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa dessa CPI. Precisa discutir o preço dos mármore não sei de onde”, ironizou ela.

Na opinião da senadora, o que o Brasil necessita debater são problemas bem mais profundos e urgentes, mas o Legislativo optará por discutir “penduricalhos”. Em sua opinião, se os parlamentares quisessem fazer a reforma do Judiciário, não precisariam instalar uma CPI. “O mais grave é a cortina de fumaça que está sendo montada frente à nação brasileira sobre os gravíssimos problemas nacionais.”



Heloísa Helena considera a comissão de inquérito uma “cortina de fumaça”



Eduardo Suplicy

Suplicy propôs inclusão de uma denúncia no requerimento

O episódio relatado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, procurado por parlamentar do PT para incluir um item no requerimento de criação da CPI, como condição para o apoio do partido, foi confirmado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo Suplicy, foi ele próprio quem procurou o senador baiano, após constatar preocupação de petistas, como Luiz Inácio Lula da Silva, com o processo de pedido de recotagem de votos apresentado pelo então candidato Waldir Pires nas eleições de 94. O item a ser adicionado ao rol de denúncias do requerimento de criação da CPI, segundo Suplicy, seria esse.

Eduardo Suplicy também confirmou diálogo mantido com juíza paulista quando prestou depoimento em processo envolvendo o teatrólogo e amigo José Celso Martinez. afirmou que, ao final do depoimento, a juíza perguntou pela CPI e disse estar torcendo para que ela fosse criada. Suplicy ainda revelou que seguiu sugestão de Antonio Carlos e visitou o prédio da Justiça do Trabalho na capital paulista, ficando impressionado com o luxo das instalações.

O senador explicou que, dentro do PT e do Bloco Oposição, estava ocorrendo um processo de tomada de decisão sobre o apoio à criação da CPI, mas adiantou que, pessoalmente, seria favorável. “É preciso investigar o que foi feito com o dinheiro público que nós mesmos aprovamos e tomar as providências devidas”, salientou.

Suplicy disse ainda ter esperança de que o senador Antonio Carlos fizesse a mesma conclamação aos seus pares para que assinassem outros requerimentos de CPI visando apurar fatos igualmente graves, como a utilização indevida de jatos da FAB pelo ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, para viagem de férias com a família.

Antonio Carlos Magalhães respondeu que o julgamento do pedido de recotagem de votos apresentado por Waldir Pires não foi realizado na Bahia, mas no Superior Tribunal Eleitoral (STE) em Brasília, “onde perdeu por cinco votos a zero”. Afirmando que não gosta de politizar o que não é político, perguntou por que Waldir Pires não concorreu ao Senado nas últimas eleições contra o senador Paulo Souto (PFL-BA). Antonio Carlos reafirmou sua amizade e admiração pela postura correta e pela defesa incansável de ideais de Eduardo Suplicy.

Marina questiona autoridade do Congresso para investigar Justiça

Senadora teme que o estado de direito seja afetado e indaga o que acontecerá se um membro do Judiciário se negar a depor na CPI

A senadora Marina Silva (PT-AC) questionou a autoridade do Poder Legislativo para criar uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a atuação dos magistrados. Ela lembrou, durante aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que o Congresso brasileiro tem merecido os índices mais baixos de avaliação junto à opinião pública.

A senadora entende que a existência de acusações de “suborno, assassinato, desvio de recursos públicos” con-



Marina afirma que acusações não apuradas comprometem credibilidade do Legislativo

tra parlamentares, sem que tenha havido a necessária apuração por parte da Câmara e do Senado, compromete a

credibilidade do Legislativo.

Para Marina, essa CPI poderá gerar situações “complicadas”, capazes de afetar o estado de direito. O que acontecerá, perguntou ela, na hipótese de algum membro do Judiciário ser convocado a depor na CPI e se negar a comparecer? “Como faremos?”, indagou.

Rocha sugere CPI mista, mas acha melhor apressar reforma do Judiciário

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que a CPI destinada a apurar denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, de tribunais regionais e de tribunais de Justiça, seja mista, isto é, composta por deputados e senadores. Rocha havia feito a mesma sugestão em discurso no plenário, antes do pronunciamento de Antonio Carlos.

Sebastião Rocha enalteceu a coragem e a disposição do presidente do Senado de esclarecer os problemas do Poder Judiciário, com o objetivo de melhorar seu desempenho. Mas externou sua preocupação, também mostrada por Antonio Carlos Magalhães, de que acusações maledicentes levem à crença de que a CPI é movida por motivação de natureza pessoal ou de grupos de pessoas insatisfeitas com a Justiça.

Antonio Carlos Magalhães afirmou ter combinado com o líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), que cada um apresentaria um requerimento de instalação de uma CPI equivalente em cada uma das Casas que compõem o Congresso Nacional. Depois, discutiriam a viabilidade de se unir as duas CPIs.

SUPERFATURAMENTO

Sebastião Rocha observou, no discurso feito no início da sessão, que entre as principais denúncias apresentadas estão o superfaturamento de obras públicas, para lembrar que o Orçamento da União é aprovado pelo Congresso Nacional. “Se assim o é, o ato (a criação da CPI) diz respeito a todo o Congresso Nacional”, afirmou.

O senador pelo Amapá ressaltou

que o *Diário da Justiça* do último dia 23 publicou despacho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, remetendo ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) pedido de intervenção federal na Bahia feito pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) daquele estado. O pedido tem como justificativa a ausência, no orçamento do estado e de diversos municípios, de recursos para pagamento de precatórios trabalhistas com sentenças transitadas em julgado, ou seja, para as quais não há mais recursos cabíveis.

— Tenho dúvida se a CPI é procedente ou se deveríamos trabalhar em outro sentido, que seria a reforma judiciária através de projetos de lei e outros instrumentos do processo legislativo — disse Sebastião Rocha.

Ele manifestou seu temor de que a instalação da CPI desemboque em uma crise institucional: “O Poder Judiciário poderá se sentir encurralado”, afirmou,



Sebastião Rocha diz que, se confirmada, CPI deve reunir Senado e Câmara

lembrando que os magistrados já estão se reunindo para discutir o assunto no Rio de Janeiro e em São Paulo. Informou também que a imprensa já se polarizou, divulgando denúncias contra ambos os lados. Rocha aventou a possibilidade de o STF dar ganho de causa para uma ação dos partidos de oposição no Congresso Nacional questionando a constitucionalidade da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

MOTIVAÇÃO

Mais tarde, em aparte ao senador Roberto Freire, Sebastião Rocha questionou a motivação da CPI e se mostrou “incomodado com o possível enfraquecimento do Judiciário”. “O que há por trás do pedido de CPI? Será que é uma tentativa de subjugar o Judiciário?”, perguntou.

— Não me convenci da conveniência da CPI e acho que alguns foram induzidos a assinar o requerimento, mesmo sem convicção. No entanto, se a CPI for realmente instalada, acho que o Bloco Oposição deve participar — afirmou Sebastião Rocha.

O senador teme que o Brasil possa “cair num regime de autoritarismo” caso a CPI provoque uma crise institucional. Para ele, a Câmara dos Deputados “optou pelo melhor caminho” ao decidir acelerar a discussão e votação da reforma do Judiciário.

ARMAS

Ao iniciar seu discurso, Sebastião Rocha saudou, em nome do PDT, a iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, de proibir o comércio de armas e munições no estado. O senador disse estar consciente das críticas à medida, mas que se tratava de mais uma iniciativa para coibir a violência, que não combina com a “beleza paisagística, o desenvolvimento cultural e a generosidade do povo do Rio de Janeiro”.

Tião Viana quer punição para todos os corruptos

Em aparte ao senador Roberto Freire, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que não assinou nem assinará o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito de punição dos corruptos.

Depois de elogiar “a coragem” de Roberto Freire de se manifestar contra a CPI, pelos riscos institucionais que ela pode provocar, Tião Viana sustentou que, entre o princípio de seu partido de lutar contra a corrupção e as possíveis consequências da CPI, prefere ficar com o princípio.

— Fico com o princípio, por se tratar de corrupção no Judiciário. Fico com o princípio, por ser o meu estado, o Acre, também vítima voraz da indignidade de alguns setores do Judiciário. Tenho o dever de lutar pela punição de corruptos, embora respeite os argumentos do senador Roberto Freire sobre os riscos dessa CPI — afirmou Tião Viana.

Geraldo Cândido ouve Freire e decide não assinar pedido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que durante o pronunciamento de Roberto Freire ontem no plenário deixou de ter dúvidas sobre a posição a adotar diante do requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito. Se antes estava propenso a assiná-lo, para que os fatos fossem apurados e os juízes corruptos e parciais punidos, ao ouvir o discurso do senador pernambucano ele decidiu o contrário, considerando que a CPI poderia gerar problemas sérios para o país.

Outra questão abordada por Geraldo Cândido foi a dos juízes classistas, que considerou “uma excrescência” que deveria terminar. Para o senador, o juiz classista é o cidadão que durante muitos anos foi dirigente sindical, “pelego inclusive”, e acabou sendo beneficiado, indicado para o cargo.



Viana: lutar contra corrupção é um princípio



Geraldo Cândido apóia extinção dos classistas

Jader pede CPI das empreiteiras e dos bancos

Líder do PMDB afirma que a análise de todos os episódios enumerados pelo presidente do Senado tem importância política e informa que bancada de seu partido definirá posição diante da proposta

Maguito Vilela elogia a "coragem cívica"

Em apoio ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que o Congresso deve investigar fatos concretos que envolvam o Poder Judiciário. Para o senador, os erros de um Poder não podem justificar os de outro e todas as irregularidades devem ser apuradas.

— Acompanhei todos os argumentos e não vi assunto que não justifique a constituição da CPI do Judiciário. Fui o primeiro a assinar o requerimento para essa CPI e assinarei para outras CPIs — afirmou.

Maguito Vilela destacou que o presidente do Senado teve "coragem cívica para mexer com feridas que precisavam ser mexidas



Maguito Vilela observou que os erros de um Poder não podem justificar os de outro no país". Antonio Carlos Magalhães agradeceu o apoio do senador.

Luiz Estevão acredita que o Judiciário será aperfeiçoado

"Assinei com muita satisfação porque essa CPI pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário", disse ontem o senador Luiz Estevão

(PMDB-DF), ao apoiar a proposta apresentada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Conforme Luiz Estevão, além de Poder, o Judiciário é um serviço à disposição do cidadão e indispensável à plenitude da cidadania.

Aos que pregam a intocabilidade da Justiça, o senador lembrou que tanto o Executivo quanto o Legislativo são julgados a cada período de quatro anos, sujeitos à vontade soberana do eleitor. Daí por que ele entende que a CPI servirá para aperfeiçoar o Judiciário, eliminando suas mazelas. Ele afirmou ter certeza de que o Senado saberá reconhecer a importância da instalação dessa comissão de inquérito.



Luiz Estevão lembrou que o Executivo e o Legislativo são julgados a cada quatro anos

Marluce prega investigação de todas as irregularidades

"Que todas as irregularidades praticadas no país tenham uma CPI", pregou a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ao apoiar a proposta do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, para a criação da CPI que investigará a atuação de magistrados. Ela acha que essa iniciativa deverá servir para que os outros Poderes também sejam investigados.

— No Judiciário existem, em sua grande maioria, homens e mulheres que agem com lisura, mas uns poucos precisam ser investigados,

como também no Legislativo e no Executivo — afirmou a parlamentar.



Marluce Pinto reconhece que no Judiciário existem pessoas que agem com lisura

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), disse ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "é politicamente irrecusável", pois o Congresso deve apurar denúncias sobre a morosidade e problemas do Poder Judiciário.

O senador elogiou Antonio Carlos Magalhães pelo seu discurso e desempenho na vida pública e pediu apoio para a instalação de uma CPI para investigar o sistema financeiro, que obteve lucros altos em janeiro, durante a crise da moeda brasileira. Disse também que o PMDB pretende reapresentar a CPI



Jader Barbalho considerou "politicamente irrecusável" a CPI proposta por ACM

das Empreiteiras, proposta inicialmente após a CPI que investigou as atividades do então tesoureiro do presidente Fernando Collor, Paulo César Farias.

Carlos Wilson alerta para desdobramentos

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) solidarizou-se com o senador Antonio Carlos Magalhães pela iniciativa de propor a criação de CPI destinada a apurar irregularidades cometidas por membros do Judiciário, mas alertou para o que poderá acontecer ao

final dos trabalhos:

— Essas coisas a gente sabe como começam, mas não sabe como acabam — afirmou o senador, para quem a maioria dos membros do Judiciário é gente honesta.

Apesar dessa advertência, Carlos Wilson manifestou sua opinião de que o Legislativo, "cujas mazelas estão todos os dias na imprensa", precisa tomar alguma providência para impedir que o pequeno grupo de membros do Judiciário que comete irregularidades não contamine aquele Poder.

O senador também fez uma conclamação para que, no Congresso, a maioria dos parlamentares não permita que sua imagem seja nivelada à daqueles poucos que agem em desacordo com a lei e com as funções para as quais foram eleitos.



Wilson: "Essas coisas a gente sabe como começam, mas não sabe como terminam"

Amorim quer punir também quem repassou os recursos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) sugeriu que a CPI do Judiciário deveria investigar e descobrir quem foi o responsável pelo repasse de recursos para a construção de prédios suntuosos e superfaturados, de acordo com denúncias feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

Amorim explicou que essa medida é necessária para que a CPI requerida não acabe como a CPI das Empreiteiras, "que puniu um lado e



Amorim teme que seja apuradas irregularidades de um lado e esquecidas as de outro

não puniu o outro". Antonio Carlos Magalhães disse a Amorim que esse é o objetivo da CPI, se for criada, e o seu próprio desejo.

Jader Barbalho afirmou que o PMDB analisará, em reunião da bancada, o encaminhamento e o posicionamento do partido diante da CPI proposta por Antonio Carlos Magalhães.

— Continuo com dúvida sobre a questão jurídica, mas não tenho dúvida quanto à questão política, pois não podemos desconhecer que esse debate ganha a opinião pública. A análise de todos os episódios enumerados (no discurso de Antonio Carlos Magalhães) tem importância política — concluiu.

Em resposta ao senador, o presidente do Senado considerou o posicionamento de Jader lúcido e hábil e prometeu colaborar para fortalecer o Congresso Nacional em investigações necessárias sobre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Álvaro Dias registrou o fim do tabu de considerar os tribunais como templos intocáveis

Álvaro Dias: apuração terminará em reforma

Ao aplaudir a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de propor a CPI do Judiciário, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, independentemente de suas conclusões, ela já tornou irreversível a reforma do Poder Judiciário. "Estamos acabando com o tabu histórico de considerar os tribunais como templos intocáveis de vestais", enfatizou.

Para Álvaro Dias, a proposta de ACM não invadiu competências e preservou a integridade dos magistrados. "Ao expor males, irregularidades e pecados do Judiciário, a CPI vai questionar o modelo de Justiça que queremos. Para termos mais autoridade, é preciso que questionemos, também, o Legislativo para promover uma reforma que examine a representatividade e a ética de seus representantes. Eu mesmo pretendo sugerir alguns pontos dignos de exame", disse.

Simon alerta para risco de fujimorização do Brasil

Senador afirma que nunca se sabe como termina uma CPI e lembra que investigação de tribunais superiores é inédita

Em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou que é um ato inédito na história da República a apresentação de um requerimento para criação de CPI destinada a investigar denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, de tribunais regionais e de tribunais de Justiça.

O senador lembrou que várias CPIs já envolveram o Poder Executivo, e acabaram resultando ou em golpe, como no caso do presidente João Goulart; ou em suicídio, como foi com Getúlio Vargas; ou em *impeachment*, como ocorreu com o presidente Fernando Collor.

Pedro Simon pediu que o senador, formulado o requerimento de instalação da comissão, retornasse à presidência da Casa para "conduzir essa delicada missão de levar adiante a CPI".

O senador pelo Rio Grande do Sul lembrou que o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já afirmou que não comparecerá à CPI, caso seja chamado. Para Simon, então, ele deveria ser o primeiro convocado a depor.

Pedro Simon disse temer que se saiba como a CPI irá começar, mas que não se saiba como ela vai terminar. Lembrou já haver pessoas com



Simon pediu a Antonio Carlos para conduzir a "delicada missão de levar adiante a CPI"

medo de uma *fujimorização* do país – lembrando o presidente peruano Alberto Fujimori, que, após eleito, fechou o Congresso e mudou a Constituição. Simon não conseguiu falar toda a palavra *fujimorização*, alegando ter um profundo desgosto pela simples idéia.

Antonio Carlos Magalhães disse garantir que, com a CPI funcionando, não haverá confronto. Segundo ele, será "uma coisa digna do Congresso Nacional e à altura dos Poderes da República". O presidente do Senado afirmou que assinou o pedido de instalação da CPI por não ser de seu hábito fugir às responsabilidades.

– Mas quando for constituída, por mais difícil que pareça, deixarei de ser o primeiro signatário para ser o presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional – afirmou.

O presidente do Senado assinalou que a CPI não entrará nas atribuições da Justiça, o que é proibido pela Constituição, mas em suas mazelas, que segundo ele são superfaturamento, roubo e morosidade.

MUTOS ERROS DO JUDICIÁRIO

Em aparte ao discurso com que o senador Roberto Freire (PPS-PE) discordou da criação da CPI do Judiciário, Simon lembrou que muitas das irregularidades apontadas naquele Poder são consequência de atos do Legislativo. "Nós somos os grandes responsáveis pelas coisas que acontecem no Judiciário", afirmou o parlamentar.

– Podemos apontar uma infinidade de equívocos no Judiciário, mas se há um lugar onde tem coisas graves é o Legislativo – admitiu Simon.

Ele criticou o instituto da medida provisória, dizendo que em razão desse recurso tudo que é importante no Brasil é decidido pelo presidente da República, não pelo Legislativo. Chamou também a atenção para a decisão do Senado de realizar de manhã as sessões plenárias de quintas-feiras. "Com isso, nós tomamos a deliberação de que a sessão começa terça-feira e termina quinta", notou.

Amir Lando sugere reforma da OAB e do Ministério Público

Para o senador Amir Lando (PMDB-RO), sem reforma da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público, qualquer proposta de reforma do Judiciário "será mera ilusão". Ele louvou a "coragem e destemor" com que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, expôs fatos graves ocorridos no Judiciário e que requerem um exame isento.

Amir Lando afirmou, em aparte a Antonio Carlos, que a CPI não tem competência para punir, mas tem prestígio para expor à opinião pública os fatos. "Depois disso, será a própria dinâmica da sociedade que determinará o curso dos acontecimentos, às vezes surpreendentes como aconteceu com as CPIs do PC Farias e a do Orçamento. Na verdade, a execução pública já é punição exemplar", observou.

O senador por Rondônia disse caber ao Congresso legislar para o aperfeiçoamento da OAB, dos minis-

térios públicos federal e dos estados. "Sem ética na advocacia e melhor organização nos MPs, uma reforma do Judiciário ficará incompleta", garantiu.

Os chamados "fatos determinados" exigidos para a instalação de uma CPI, no caso do Poder Judiciário, são na verdade notícias-crime, observou o senador Amir Lando ao manifestar, em aparte ao senador Roberto Freire, sua preocupação quanto aos motivos para a proposta. "Parece que a CPI foi o mote para fugir dos problemas da crise", acrescentou.

O senador lamentou que, "de certa forma, a CPI já estava constituída, pois há uma condenação explícita, uma sentença irrecorrível contra o Judiciário". Ele exemplificou essa sua conclusão referindo-se a matérias jornalísticas sobre o que representam os gastos do Judiciário no orçamento federal, em que cerca de R\$ 7 bilhões são direta-



Amir Lando pediu a criação de uma outra CPI, para investigar o sistema financeiro

mente relacionados a mazelas internas daquele Poder.

– Destacam-se os R\$ 7 bilhões ao ano gastos pelo Judiciário e omitem-se os R\$ 8 bilhões ao mês pagos a título de juros da dívida pública. Estes já não importam, mas os gastos do Judiciário, sim – comparou.

Amir Lando também afirmou que seu partido, o PMDB, condicionou a assinatura de apoio de seus parlamentares à CPI proposta pelo presidente do Senado à assinatura, pelos membros do PFL, da CPI para investigar o sistema financeiro do país.

PFL é solidário à criação da comissão, diz Lobão

Em nome do líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), o senador Edison Lobão (PFL-MA) assegurou ontem a solidariedade de seu partido à criação de uma CPI para investigar desvios praticados por membros do Poder Judiciário.

Segundo Edison Lobão, o senador Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de criação da CPI, "não vergastou o Judiciário" em seu pronunciamento, "até enalteceu a Justiça do país". Por outro lado, como a maioria dos parlamentares e da sociedade brasileira, o presidente do Senado de fato apresentou fatos determinados que justificam a instalação de uma CPI.



Edison Lobão observou que o Judiciário não tem sido ágil na prestação de serviços

Edison Lobão observou que o Judiciário "não tem sido desembarçado na prestação de serviços jurisdicionais".

Para Requião, Senado quebra tabu e realiza utopia

De início titubeante quanto à oportunidade de uma CPI sobre as mazelas do Judiciário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem não ter nenhuma dúvida quanto à legitimidade, adequação jurídica e necessidade desse que "deve ser considerado um instrumento corriqueiro de análise do Legislativo".

– Quebrou-se um tabu e realiza-se uma utopia – afirmou, explicando que o progresso se faz exatamente assim.

Para o senador, há vários problemas no Judiciário, como o ingresso em concurso público através de prova oral e a impossibilidade de imputação criminal e responsabilização de juízes que abusam de suas prerrogativas. Por outro lado, acrescentou, é fato que os juízes têm problemas salariais, mas estes estariam sendo agravados pelas inúmeras vinculações funcionais ao salário dos juízes.

O Congresso também tem suas mazelas, admitiu o senador. Elas não impedem, no entanto, a viabilização da CPI, mesmo porque esse



Roberto Requião defendeu a apresentação de sugestões pelos juízes ao Legislativo

instrumento do Legislativo não invade nenhuma atribuição específica do Judiciário.

Ele pediu que, instalada essa CPI, não venham ao Senado apenas "os caminhões de denúncias, grande parte delas não fundamentadas e sem razão, produto de interesses contrariados". Requião quer que o Legislativo se abra para receber também sugestões de juízes, e pregou que o fim desse processo seja "efetivamente o aperfeiçoamento do Judiciário."

Mozarildo crê em honestidade de juízes

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) resumiu numa frase seu apoio à proposta do presidente do Senado para a criação de uma CPI destinada a investigar irregularidades praticadas pelo Judiciário:

– Como pai de um juiz e por acreditar que a maioria do Judiciário é realmente honesta, assinei a proposta dessa CPI.



Mozarildo Cavalcanti apoiou a proposta de estabelecimento da comissão de inquérito



Bernardo Cabral diz não concordar com a formação da CPI

Cabral não assina pedido por "convicção jurídica"

Relator-geral da Constituição de 1988, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem, em aparte ao pronunciamento do senador Roberto Freire (PPS-PE), que não foi convidado a assinar o requerimento para a criação da CPI do Judiciário. Ele frisou que, mesmo se houvesse o convite, se recusaria a dar o seu aval à comissão.

– Neste caso, fala mais alto a minha convicção jurídica – justificou.



Para Luiz Otávio, maioria dos magistrados é séria

Luiz Otávio diz que há uma mancha a ser extirpada

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou ontem que a proposta de criação de uma CPI com o objetivo de investigar denúncias de irregularidades no Judiciário contará com o apoio de grande parte dos senadores, porque foi feita de modo cuidadoso, ressaltando uma maioria de magistrados sérios. “Todos reconhecem, porém, que existe uma mancha a ser extirpada no Judiciário, uma minoria que precisa ser questionada e responsabilizada por seus atos.”

Para Luiz Otávio, o assunto é relevante e o Legislativo não pode abrir mão de sua responsabilidade de investigar. “É a própria sociedade que critica a morosidade da Justiça e está exigindo uma apuração rigorosa de fatos determinados, para que possa haver o aperfeiçoamento do Poder Judiciário”, concluiu o senador pelo Pará.

Geraldo Melo quer evitar impasse entre os Poderes

Senador confia em maturidade na condução da CPI para não colocar em risco os interesses da sociedade

Preocupado com a possibilidade de uma crise institucional decorrente da instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Judiciário, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse ontem que “cabe aos que amam o avanço da democracia aproximar-se do processo e evitar o impasse entre os Poderes”. No entanto, o primeiro vice-presidente do Senado não acredita que a instalação da CPI constitua intervenção do

Legislativo nas atribuições específicas do Poder Judiciário.

– As atribuições do Judiciário se manifestam na ação judicante. Às questões administrativas se aplicam outras regras que não as das separações dos Poderes.

Geraldo Melo está confiante que a condução da comissão não porá em risco os interesses da sociedade. “Há limites que seguramente a maturidade das pessoas que vão conduzir o processo saberá respeitar”, concluiu.



Melo não considera CPI uma intervenção nas atribuições específicas do Judiciário

Antero de Barros não vê amparo no Regimento

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) alertou ontem para a possibilidade de um impasse institucional caso a CPI do Judiciário seja criada. O senador disse que, se o artigo 146 do Regimento Interno do Senado fosse respeitado, a comissão não poderia ser instalada, uma vez que o texto determina que uma CPI só pode ser criada a partir de “fatos determinados”.

Antero discordou da afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que haverá harmonia entre os Poderes após a instalação da CPI. Para Antero, o presidente do Senado não pode garantir isso. Ele teme que a CPI venha a se radicalizar, sem produzir nenhum efeito em termos de



Antero lembra responsabilidade dos constituintes pelos problemas atuais do Judiciário

reforma do Poder Judiciário.

O senador lembrou da responsabilidade dos constituintes – ele mesmo foi um – sobre os erros do Judiciário apontados agora por Antonio

Carlos. “Se a Justiça Regional do Trabalho construiu um prédio suntuoso, foi porque nós determinamos na Constituição que a Justiça não daria satisfação a ninguém sobre nada que não fosse da área jurídica”, afirmou o senador.

Antero ressaltou ainda que o acúmulo de processos nos tribunais deve-se, em boa parte, à edição desmesurada de medidas provisórias. “Cada MP editada fere o direito de alguém que recorre à Justiça e o Congresso Nacional não vota as MPs”, explicou o senador. Antero de Barros sugeriu que se inicie uma reforma do Legislativo, “antes que alguém proponha a devassa no Poder Legislativo”.

Napoleão recebe delegação dos EUA

O líder do PFL no Senado, senador Hugo Napoleão (PI), recebeu na quarta-feira, em seu gabinete, um grupo de jovens políticos dos Estados Unidos que estão no Brasil mantendo contatos com as lideranças brasileiras das áreas econômica e política.

Hugo Napoleão e a delegação norte-americana conversaram sobre as relações Brasil-Estados Unidos, com destaque para a participação do Poder Legislativo nas decisões do Poder Executivo. Integram o grupo senador, deputado e vereador: Susan Elaine Beckman (Rhode Island), Brett Guthrie (Kentucky DC) e Darryl Towns (Nova York)



Hugo Napoleão conversou com norte-americanos sobre relações entre os dois países

CCJ examina avaliação psicológica para policiais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará em turno suplementar, na próxima quarta-feira, substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto da Câmara que torna obrigatória a avaliação psicológica nos concursos públicos para as polícias civil e militar e para os corpos de bombeiros. O substitutivo dispõe ainda que os concursados sejam submetidos a outra avaliação ao final do terceiro ano, quando estiver chegando ao fim o estágio probatório. Tuma fez várias mudanças no projeto original da Câmara e, por isso, a matéria será novamente submetida à apreciação dos deputados, depois que passar pelo plenário do Senado.

Constam também da pauta da CCJ, entre outras matérias, projeto de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) criando o Sistema Nacional de Metrologia, além da proposta de emenda constitucional que altera dispositivos pertinentes à Justiça do Trabalho.



Tuma fez mudanças no texto original

Hartung apóia debate, mas acha CPI um excesso

“A CPI é um excesso, mas é positivo que se discuta o Poder Judiciário”, manifestou ontem o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), em aparte ao discurso do senador Roberto Freire (PPS-PE). Hartung disse não ter recebido qualquer orientação do seu partido para assinar ou não o requerimento da CPI.

– Vivemos uma crise econômica e não sei se acrescentar uma crise política será um bom caminho para o país – opinou.

Depois de expressar sua preo-

cupação “com os rumos que as coisas estão tomando nos últimos dias”, Paulo Hartung sustentou que a desqualificação de algum Poder da República não será construtiva para o país. Ao comentar a preocupação institucional de Roberto Freire, Hartung argumentou que não vê “fantasmas de dia” e não é adepto de “teorias conspiratórias”.

– Quando o senador Antonio Carlos Magalhães abre o debate sobre o Judiciário, é positivo. Mas uma CPI é um desvio – observou.



Hartung: “Vivemos uma crise econômica e não sei se acrescentar uma crise política será um bom caminho”



Senador defende que profissionais recém-formados que tiverem bolsa devem atender população carente

Luiz Otávio quer médicos trabalhando na Amazônia

O Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal, cuja criação está prevista em projeto de lei da Câmara atualmente em exame na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, deve efetivamente beneficiar as populações mais carentes, dispersas pelo interior da região, disse ontem o senador Luiz Otávio (PPB-PA).

O senador informou que apresentou emenda ao projeto, explicitando que os universitários de cursos da área de saúde que receberem as bolsas de estudos previstas no programa deverão desenvolver suas atividades de assistência à saúde "no interior da Amazônia Legal".

Em outro registro, Luiz Otávio afirmou que a Companhia Vale do Rio Doce, já privatizada, auferiu, em 1998, lucros superiores a R\$ 1 bilhão explorando minerais no estado do Pará. Paralelamente, acrescentou, a empresa foi autuada pelo fisco estadual em cerca de R\$ 200 milhões. "É inaceitável que a Vale não se conscientize da importância da região para o país", reclamou.

Conforme disse o senador, os paraenses não permitirão que se faça em seu estado o que as empresas mineradoras fizeram com o Amapá, do qual exploraram o manganês até o esgotamento das jazidas e, após 50 anos, abandonaram o estado.

Luiz Otávio também manifestou sua estranheza em relação a comentário de Ricardo Boechat feito ontem no programa *Bom-Dia Brasil*, em que o jornalista teria dito que se trabalha muito pouco no Senado. "A evidente inverdade não intimidará a Casa", afirmou o senador, considerando estranho o fato de o comentário ter sido feito exatamente em dia de pronunciamento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Requião critica vantagens concedidas a montadoras

Senador condena isenções e reduções de ICMS e acha que recursos públicos seriam melhor aplicados na formação de mão-de-obra

Ao comentar ontem a redução do ICMS cobrado sobre a venda de automóveis, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o governo do Paraná não cobra ICMS das montadoras, porque elas ganharam isenção absoluta, por dez anos, podendo também pagar os empréstimos recebidos sem acréscimo de juros nem correção monetária.

O senador explicou que, em vez de recolher ICMS, o governo do seu Estado investe recursos públicos nas montadoras. Também disse que, nessa discussão que o Brasil faz sobre a redução do ICMS dos automóveis, o governador do Paraná, "num primeiro momento se disse a favor, num segundo se disse contra", porque a redução não passava as fronteiras do Estado. "Então, tanto faz 9% ou 13% de zero. São números simbólicos", afirmou Requião.

Ainda segundo Requião, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, está em conflito com as montadoras do seu estado, por não querer cumprir contratos acertados pelo seu antecessor e que seriam lesivos aos cofres públicos.

Por essa razão, o senador leu em plenário trecho de entrevista concedida pelo economista Celso Furtado à revista do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro.

Nessa entrevista, o economista disse que a política econômica brasileira deveria olhar para o crescimento

do mercado interno, que é a forma de pensar na população. Para Furtado, o desenvolvimento brasileiro tem que privilegiar as necessidades do país.

O economista também diz que o Brasil oferece favores absurdos para essas montadoras se instalarem, quando poderia criar empregos, investindo em gente.



Requião lembrou que o Paraná não reduzirá o ICMS, pois já deu isenção total por dez anos



Juvêncio: MP não considera que média propriedade também é de interesse social

Juvêncio pede alteração de medida provisória

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) reclamou ontem das determinações da medida provisória (MP) que define regras para a ratificação dos títulos de propriedade das terras situadas na faixa de fronteira. Para o senador, a medida demonstra que o governo não tem uma política de ocupação das áreas de limite entre o Brasil e outros países, o que afeta, também, a segurança nacional:

– Que política é essa de ocupação da área de fronteira? Esse é o contra-senso de uma política de segurança nacional. Parece que se deseja a desocupação da faixa de fronteira – criticou Juvêncio, que pediu alterações na MP.

De acordo com a legislação baixada pelo governo, os proprietários de terras situadas próximas à fronteira têm um prazo para confirmarem seus títulos de posse, muitos deles concedidos precariamente. Caso a propriedade não seja reconhecida, a MP abre a possibilidade de que as terras sejam desapropriadas para fins de reforma agrária.

Para Juvêncio da Fonseca, o fato de a MP isentar apenas pequenas propriedades até quatro unidades rurais (cerca de 100 hectares) da obrigatoriedade de rever seus documentos também é contraditório. Segundo ele, a média propriedade deveria também ser isenta dos efeitos da MP, pois é igualmente definida, pela Constituição como de interesse social.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) apoiou a demanda de Juvêncio. Para ele, uma MP como a baixada pelo governo é um absurdo, pois não há terras devolutas na fronteira e a medida "vai dar pano para manga no Judiciário". Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, saiu da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, com o pedido de revisão da MP.

Como representante de estado de fronteira, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também aparteu Juvêncio da Fonseca para apoiá-lo. Já Antero de Barros (PSDB-MT) levantou a possibilidade de o Incra ratificar imediatamente as propriedades até 2.000 hectares.

Carlos Bezerra deseja que Senado aprecie as propostas econômicas



Bezerra sugere a realização de sessões secretas para analisar política econômica do governo

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) anunciou ontem em plenário que apresentará projeto de lei obrigando o Executivo a submeter ao Senado as propostas adotadas na área econômica. Carlos Bezerra protestou contra as decisões unilaterais do Executivo de elaborar novas metas, ao rever o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para o senador, essas decisões também deveriam ser aprovadas

pelo Senado. Carlos Bezerra disse que, por esse motivo, não compareceu na última quarta-feira à exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre os novos termos do acordo com o FMI:

– Esses acordos têm que passar pelo Senado, mesmo que tenhamos que realizar uma sessão secreta para isso – sustentou o senador.

Maldaner repudia crítica de jornalista e cobra reação da Mesa

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) repudiou as afirmações feitas, no início da manhã de ontem, no telejornal *Bom-Dia Brasil*, da TV Globo, pelo jornalista Ricardo Boechat, de que o Senado só trabalha três dias na semana. Em discurso no plenário, Casildo Maldaner disse que se sentiu "ultrajado" com tais acusações que, no seu entender, ofendem a todos os parlamentares e a instituição:

– Senti-me ultrajado por mim e pela minha vida pública. Essas acusações atingem o Senado como um todo. É preciso esclarecer que nossa atuação

não se restringe a esse recinto, ao plenário. Há debates, estudos, elaboração de projetos e toda a sua maturação. Percorremos nossos estados discutindo problemas para aqui apresentarmos nossas propostas – afirmou.

O senador catarinense pediu à Mesa que tome providências em defesa da instituição:

– Gostaria que a Mesa analisasse o que se disse hoje (*ontem*) de manhã ao Brasil inteiro, em relação à instituição do Senado. É o apelo que faço em defesa da democracia – disse.



Maldaner disse ter se sentido ultrajado com o comentário, que para ele ofende a instituição e os parlamentares

Secs promove seminário para gabinetes

Entre as propostas em estudo pela secretaria está a de se instalar serviço do tipo 0800 para cada um dos senadores, para que eles possam divulgar opiniões sobre projetos e prévias de seus discursos



O seminário contará com exposição sobre a Agência Senado e o *Jornal do Senado*

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
 7h — *Saúde Todo Dia* - Hidroginástica gestantes
 7h30 — *Especial Unip* - Cirurgia Vascular
 7h55 — *Senado em Pauta*
 8h — *Saúde Todo Dia* - Biodança
 8h30 — *Jornal do Senado*
 8h55 — *Senado em Pauta*
 9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
 12h30 — *Entrevista* - O senador Bernardo Cabral fala sobre as doutrinas políticas contemporâneas
 12h55 — *Senado em Pauta*
 13h — *Cores do Brasil* - Diamantina
 13h30 — *Consulta Marcada* - O ginecologista Adelino Amaral Silva fala sobre a Tensão Pré-Menstrual, climatério e reposição hormonal
 14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
 Em seguida — *Comissão de Assuntos Sociais* (reapresentação). Com a presença do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann
 20h30 — *Entrevista* - O senador Bernardo Cabral fala sobre as doutrinas políticas contemporâneas
 21h — *Jornal do Senado*
 21h15 — *Consulta Marcada* - O ginecologista Adelino Amaral Silva fala sobre a Tensão Pré-Menstrual, climatério e reposição hormonal
 21h55 — *Senado em Pauta*
 22h — *Espaço Cultural* - Ópera "Don Giovanni"
 22h55 — *Senado em Pauta*
 23h — *Consulta Marcada* - O ginecologista Adelino Amaral Silva fala sobre a Tensão Pré-Menstrual,

climatério e reposição hormonal
 0h — Apresentando "Madagascar"

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
 Em seguida — Música e informação
 0h — *Sessão Plenária* (reprise)
 Em seguida — Música e informação

DESTAQUES DO FIM DE SEMANA

"Autores e Livros" - Com o escritor goiano Guido Helene (Sábado, 10h30, Domingo, 19h30).
 "A Música Erudita" (Sábado e Domingo, 11h).
 "A Música do Brasil" - "Voz da Malandragem na MPB" (Sábado, 16h, Domingo, 22h).
 "Especial do Mês" - Dominguinhos (Sábado, 20h).
 "Essa Bossa Sempre Nossa" - Influência do Movimento Modernista de 22 na Bossa Nova (Sábado, 22h, Domingo, 17h).

Ao abrir ontem o seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, o diretor da Subsecretaria de Divulgação e Integração, Helival Rios, traçou um panorama dos veículos de comunicação da Casa e fez um resumo de suas atividades. Ele ressaltou a importância de os assessores de imprensa trabalharem em cooperação com os jornalistas da Secretaria de Comunicação Social (Secs) para que a divulgação das atividades da Casa possa ser a melhor possível.

Helival Rios lembrou que foi a partir de 1995 que se iniciaram os trabalhos para que o Senado pudesse contar com um complexo de comunicação. Até então, a divulgação da Casa resumia-se ao noticiário de 10 minutos na *Voz do Brasil*, veiculado via rádio, e aos press-releases.

Hoje, a Secretaria de Comunicação Social conta com a TV, a Rádio, a Agência e o *Jornal do Senado*, além da *home page* na Internet, que pode ser acessada através do endereço <http://www.senado.gov.br/> Serviços como *A Voz do Cidadão* (telefone gratuito

0800-612211 para recolhimento de críticas e sugestões) e o projeto *Visite o Senado* (visita guiadas às dependências da Casa) também ampliam a interação com a população.

A chefe de redação Leila Daher falou sobre a TV Senado, explicando que a prioridade de transmissão é para as sessões realizadas em plenário e em seguida para as reuniões das diversas comissões. Ela acrescentou que a programação, veiculada 24 horas por dia, é variada e também inclui entrevistas com os senadores realizadas em estúdio, programas especiais e matérias mostrando a importância e repercussão de alguns projetos para a sociedade.

Encerrando as atividades do primeiro dia do seminário, o diretor da Rádio Senado, Sílvio Hauagen, revelou que o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, solicitou um estudo sobre a viabilidade de dotar cada gabinete de senador com um serviço 0800, igual ao que é disponibilizado pela rádio. Ele acrescentou que os entendimentos com a Telebrasil já foram iniciados para co-

locar o projeto em prática.

Com um serviço 0800 individual, cada senador poderia disponibilizar gratuitamente, através de gravação telefônica, informações como sua agenda para o dia, informações prévias sobre um discurso a ser pronunciado, opiniões sobre projetos ou quaisquer outras comunicações. Outra novidade informada por Sílvio Hauagen foi que, a partir da segunda-feira, a Rádio Senado também transmitirá pelo sistema de ondas curtas.

O seminário prossegue nesta sexta-feira, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com o jornalista José do Carmo Andrade, às 9 horas, expondo sobre a Agência Senado. Depois, Flávio de Mattos fará sua exposição sobre o *Jornal do Senado*. Às 9h45, Vinicius Becker falará sobre a Subsecretaria de Relações Públicas, seguido de Marco Antonio Paes Reys, cuja exposição será sobre a Subsecretaria de Projetos Especiais. A palestra sobre a Subsecretaria Técnica e Eletrônica será feita por Narciso Mori Júnior. O diretor Fernando César Mesquita fará o encerramento do evento.

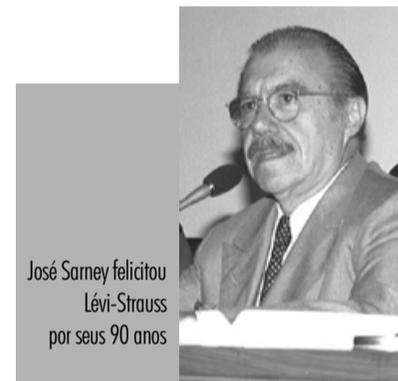
José Sarney homenageia antropólogo Lévi-Strauss

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss pela comemoração dos seus 90 anos de vida. Sarney deixou registrado o seu apreço pelo intelectual e disse que a data extrapola a França, "é um evento na história da inteligência contemporânea".

Sarney falou sobre as relações de Lévi-Strauss com o Brasil, de sua estada no país, na década de 30, que resultou no livro *Tristes Trópicos*, "talvez o mais célebre de todos", que conta a expedição do antropólogo à região do Brasil central. Destacou ainda a participação do

"grande formulador da antropologia contemporânea" na fundação da Universidade de São Paulo, ressaltando a sua contribuição como "fecunda e inestimável".

— Tive a honra inigualável e o imenso prazer de receber o professor Claude Lévi-Strauss na sua volta ao Brasil, do qual se ausentara por quase meio século. Posso dizer que esse encontro com a mais alta expressão intelectual da França, a referência maior da antropologia neste século, foi um momento de grande emoção para mim, como Presidente de República — explicou Sarney.



José Sarney felicitou Lévi-Strauss por seus 90 anos

O senador disse, por fim, que o Brasil associa-se às manifestações de carinho de todo o mundo intelectual para celebrar a glória e a longevidade de uma das maiores expressões da inteligência e da cultura da Humanidade neste século.

Rádio Senado transmitirá em ondas curtas a partir de segunda-feira

A Rádio Senado tornará disponível parte de sua programação para as regiões Norte e Nordeste, a partir de segunda-feira, por meio do sistema de ondas curtas. O sinal da emissora será gerado pelos transmissores da Radiobrás na frequência de 6.190 KHz, faixa de 49 metros.

A transmissão será feita de segunda a sexta-feira, das 7h às 19 horas (horário de Brasília). A programação priorizará as atividades ao vivo do Senado, mas também incluirá música, informação e utili-

dade pública. Às 7 horas da manhã será transmitido um jornal produzido exclusivamente para a veiculação em ondas curtas, que contará com as manchetes dos principais jornais do país e a agenda do dia dos trabalhos da Casa.

Na opinião do diretor da Rádio Senado, Sílvio Hauagen Soares, implantar a transmissão via ondas curtas foi uma alternativa encontrada para enfrentar as dificuldades de levar as informações da Casa para um país tão grande e de dimensões

continentais como o Brasil. Ele lembrou que a Rádio já oferece sua programação 24 horas para todo o país pelo Sistema Radiosat Digital, mas que requer uma antena apropriada para sua recepção, e também pela Internet.

— Um brasileiro que more no extremo Norte poderá acompanhar uma reunião de plenário ou comissão, ao mesmo tempo em que um executivo na avenida Paulista ouve a mesma transmissão via Internet — comparou Sílvio Hauagen.

TV Senado reapresenta audiências públicas

Logo após a reapresentação da Sessão Plenária, que terá início às 14h30, a TV Senado levará hoje novamente ao ar a audiência pública com o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, na

Comissão de Assuntos Sociais. Amanhã, às 14h30, a TV Senado reapresentará a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do

Banco Central, Armínio Fraga. No domingo, às 14h30, será reapresentada a Sessão Plenária em que o senador Antonio Carlos Magalhães entrega o requerimento para a instalação da CPI do Judiciário.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Eduardo Siqueira Campos lembra importância das três estatais

Eduardo Siqueira Campos quer que indicações para Caixa, BB e Petrobras passem pelo Senado

Proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) estabelece que as indicações para presidente e diretores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras deverão ser aprovadas previamente pela Casa, como já acontece com a diretoria do Banco Central.

Eduardo Siqueira Campos, que foi indicado vice-líder do PFL no Senado, argumenta que a proposta procura corrigir uma omissão da Constituição, já que o Banco do Brasil, a Caixa e a

Petrobras "são empresas que podemos classificar como estratégicas para o país, atuando em área de fundamental relevância para a vida de milhões de pessoas, com elevado patrimônio e manipulando milhões de dólares em recursos, e sendo utilizadas como instrumentos de política econômica."

— Assim, concluímos estarem presentes os mesmos requisitos que determinaram a necessidade de os nomes do presidente e dos diretores do Banco Central serem submetidos à aprovação desta Casa — afirma o senador.

Quintanilha elogia ação do Fundo Nacional de Saúde

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) parabenizou as ações da Fundação Nacional de Saúde (FNS) no estado de Tocantins, no combate de doenças endêmicas e na melhoria da qualidade de vida da população, destacando a importância dessas ações nos municípios mais carentes.

— Talvez não seja do conhecimento de alguns dos senadores, que representam unidades federativas desenvolvidas das regiões Sudeste e Sul do país, mas em Tocantins ainda convivemos com problemas que há muito já deveriam ter sido solucionados.

O senador disse que a atuação do poder público deve priorizar habitação, saúde e saneamento se quiser reverter essas mazelas sociais. Por isso, prestigiar o trabalho da Fundação Nacional de Saúde "é prestar justo reconhecimento pelo relevante papel social que ela desempenha", defendeu o senador.

Quintanilha exemplificou mostrando o trabalho realizado em vários municípios carentes de Tocantins, onde R\$ 2,1 milhões já foram aplicados na construção e restauração de domicílios rurais, beneficiando 600 famílias. Com essas obras de infra-estrutura e saneamento, o senador explica que estão afastados vetores de doenças endêmicas, além de melhorar a qualidade de vida



Leomar Quintanilha pede prioridade para habitação, saúde e saneamento

da população. Ele aproveitou para parabenizar os prefeitos dos municípios pelo trabalho realizado.

— Os convênios firmados diretamente com as prefeituras tiveram os seus objetivos plenamente atingidos, evitando-se os desperdícios provocados pela má gestão dos recursos. Municipalista por convicção, reafirmo a certeza de que o fortalecimento das administrações locais gera maior economia na administração dos recursos orçamentários e contempla, dentro da hierarquia de prioridades, as ações que, de fato, são mais urgentes para a população — observa o senador.

Suplicy propõe criação do Fundo Brasil de Cidadania

Os recursos seriam destinados, segundo projeto apresentado pelo senador, ao financiamento do Programa de Garantia de Renda Mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto autorizando o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, vinculado ao Ministério da Fazenda e destinado ao repasse de recursos e ao oferecimento de financiamento ao Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). De acordo com a proposta, o capital inicial do fundo será de 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições financeiras.

— O fundo baseia-se no princípio, defendido, entre outros, por Thomas Paine, de que todos os cidadãos de um país devem ter direito ao usufruto da riqueza nacional. A idéia de que todos os cidadãos compartilhem a riqueza foi posta em prática em 1976 no estado americano do Alasca — lembrou Suplicy.

De acordo com o senador por São Paulo, o então governador Jay Hammond propôs à assembleia legislativa uma emenda constitucional estabelecendo que pelo menos 25% (50% em 1980) de toda a receita dos *royalties* sobre a exploração de recursos natu-



Suplicy pretende garantir a presença na escola de todas as crianças de sete a 14 anos

rais seriam destinados a um fundo cujos lucros reverteriam em benefício de todos os seus habitantes.

Já o PGRM, acrescentou Suplicy, destina-se a propiciar meios para que todas as famílias tenham recursos suficientes para que suas crianças, sobretudo na faixa etária de sete a 14 anos, possam freqüentar a escola, ao invés de ser instadas precocemente a trabalhar no meio rural ou urbano, ou em atividades marginais como o tráfico de

drogas e a prostituição.

O projeto apresentado por Eduardo Suplicy também institui o conselho deliberativo do Fundo Brasil de Cidadania, composto por nove membros e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos. São cinco representantes da sociedade civil, um do Ministério da Fazenda, um do Ministério de Orçamento e Gestão, um do Ministério da Previdência e um do Ministério da Educação.

Antonio Carlos Valadares sugere financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei instituindo o financiamento público de campanhas eleitorais a partir do ano 2000, com o objetivo de garantir a igualdade entre partidos e candidatos e reduzir a influência do poder econômico. A matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

O projeto proíbe que recursos privados financiem os partidos e candidatos. Segundo o texto apresentado por Valadares, "é vedado aos partidos políticos, às coligações e aos candidatos receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedentes de pessoas físicas ou jurídicas".

Para financiar as campanhas eleitorais — além de suas atividades —, os partidos recorrerão ao Fundo Partidário, que, de acordo com o projeto, terá apenas dinheiro público. Hoje, o Fundo Partidário é constituído de dotações de pessoa física ou jurídica, de dotações orçamentárias da União, de multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e de recursos financeiros que lhe fo-

rem destinados por lei.

De acordo com a proposta do senador sergipano, no ano em que se realizar a eleição, a lei orçamentária e seus créditos adicionais reservarão recursos para o Fundo Partidário, para atendimento ao custeio exclusivamente público da campanha eleitoral dos partidos e das coligações. Essa dotação não poderá ser menor do que o valor equivalente ao número de eleitores do país multiplicado por R\$ 7,00 (em valores de outubro de 1997).

O projeto prevê ainda que a Justiça Eleitoral distribuirá proporcionalmente os recursos do Fundo Parti-

dário entre os partidos políticos que tenham conquistado no mínimo 10 cadeiras para a Câmara dos Deputados na eleição imediatamente anterior. Os partidos prestarão contas dos recursos recebidos perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

— A exclusividade de recursos públicos para financiamento dos partidos dispensa a contribuição de empresas privadas, abrindo para todos os partidos políticos e candidatos a possibilidade de financiamento para suas campanhas eleitorais e contribuindo para minimizar os efeitos perniciosos do abuso do poder econômico — justificou Valadares.



Valadares quer proibir o uso de recursos privados nas eleições